

GOUVÊA DOS REIS

ADVOGADOS
- DESDE 1967 -

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

O escritório coleta seus dados pessoais conforme esta Política de Privacidade e com observância às legislações de proteção de dados, primordialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/2018). O propósito desta Política de Privacidade é definir os princípios que regem o uso que fazemos das informações pessoais que você nos fornece, ou que obtemos de você, pela internet. Ao utilizar este site, preencher formulários ou deixar o seu contato, você concorda com este uso.

Pedimos que você leia esta Política de Privacidade com cuidado. Qualquer controvérsia que possa surgir sobre a privacidade estará sujeita aos termos aqui expostos.

Das alterações

Podemos alterar nossa Política de Privacidade periodicamente. Portanto, recomendamos que você a verifique ocasionalmente para garantir que esteja ciente da versão mais recente que será aplicada a partir do momento em que você acessar este site. Iremos notificá-lo sobre mudanças que influenciam no tratamento de seus dados.

Última atualização: Novembro/2020

Dos dados

Através do nosso site coletamos e tratamos dados, de pessoas que preenchem os formulários da aba "CONTATO" e/ou enviem arquivos que contenham dados pessoais por este site. Podendo ser clientes, os quais já disponibilizaram seus dados, futuros clientes que fornecem seus dados no site, através do e-mail do escritório, possíveis associados, empregados e parceiros de trabalho, que façam o envio de currículos através do site ou do e-mail do escritório.

Dos nossos clientes e possíveis clientes, coletamos dados pessoais que se fazem necessários para a prestação dos serviços jurídicos que fomos contratados. Exemplo de dados que serão coletados: nome, sobrenome, profissão, estado civil, filiação, endereço, telefone, e-mail, RG, CPF, foto, idioma, empresas para qual trabalha ou das quais é sócio(a), entre outros dados necessários para a prestação dos serviços jurídicos para os quais fomos contratados.

Os dados coletados têm finalidades específicas de permitir que seja possível nosso contato com os clientes e possíveis clientes, a fim de que possamos defender seus interesses, nas esferas judiciais, extrajudiciais e administrativas.

Podem ocorrer também, a utilização dos seus dados pessoais para a criação de relatórios internos, que serão enviados para análise dos próprios clientes, ou ainda, convites para eventos promovidos pelo escritório e pesquisa de satisfação relacionada a este.

O tratamento de dados pessoais de clientes, será realizado com base na sua necessidade para a execução do contrato de prestação de serviços advocatícios firmado entre os clientes e o escritório, a pedido dos titulares de dados, conforme previsão da Lei sob nº 13.709/2018, artigo 7, incisos II, V e VI.

Os dados pessoais dos clientes poderão ser tratados com base no cumprimento de obrigações legais e regulatórias por parte do escritório, havendo necessidade de compartilhar, para esses fins, com órgãos da administração pública, por força de lei ou regulamentos, que tornem obrigatórios o compartilhamento de tais dados.

Os dados poderão ser utilizados (tratados) para eventual necessidade de ajuizamento de medidas judiciais ou extrajudiciais em desfavor do titular, para a cobrança de eventuais valores que não foram pagos, ou para execução de contratos firmados entre o cliente e escritório.

Do prazo de armazenamento para dados dos clientes

Os dados de clientes atendidos pelo escritório serão armazenados por pelo menos 5 (cinco) anos, devido às exigências legais, regulatórias e fiscais, havendo a determinação de alguma lei nacional para que os dados sejam arquivados por tempo maior do que o mencionado, será seguida tal disposição da lei.

Esse prazo inicia, após a conclusão dos serviços jurídicos contratos, no caso de processos judiciais, após a finalização completa do referido processo, certificando assim o trânsito em julgado, bem como o pagamento ou recebimento dos valores da condenação. Tratando-se de clientes avulsos e/ou consultivos, inicia-se a contagem do prazo, após o cliente indicar expressamente que não necessita mais de nenhum serviço relacionado àquela situação que deu origem ao tratamento de dados por parte do escritório.

Do preenchimento voluntário

Os dados coletados no site de possíveis empregados, associados ou parceiros, que são inseridos de forma espontânea pelo titular dos dados, são necessários para a avaliação do perfil para um possível enquadramento na vaga ofertada.

No caso de processo seletivo, os dados serão utilizados exclusivamente para este fim, bem como a realização de entrevistas e demais etapas do processo seletivo.

O tratamento de dados pessoais de possíveis empregados, associados ou parceiros, será feito com base na sua necessidade, para a realização de procedimentos preliminares relacionados a possíveis contratos de trabalho, sempre a pedido do titular de dados, conforme previsão da Lei sob nº 13.709/2018, artigo 7, inciso V.

Os dados pessoais dos possíveis empregados, associados ou parceiros poderão ser tratados com base no cumprimento de obrigações legais e regulatórias por parte do escritório, havendo necessidade de compartilhar, para esses fins, com órgãos da administração pública, por força de lei ou regulamentos, que torne obrigatório o compartilhamento de tais dados.

Do prazo de armazenamento para usuários do site

Os dados daqueles que se inscreverem no site, ou enviarem seus dados via e-mail, para participar de processos seletivos, terão seus dados armazenados por no máximo 6 (seis) meses, contados da data de preenchimento da vaga, na qual havia se inscrito. Ocorrerá uma retenção por um prazo maior, se houver exigência legal.

Do compartilhamento

Zelamos por cumprir com os princípios que garantam a privacidade de seus dados de forma que agimos de acordo com o que aqui se apresenta. Exceto nos casos de obrigatoriedade de compartilhamento ou disponibilização dos dados a órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, conforme previsto em leis ou regulamentos, não compartilharemos os seus dados com ninguém. Eles nos foram confiados por você para prestarmos determinados serviços jurídicos. A não ser que você nos solicite expressamente, ou que exista obrigação legal nesse sentido, eles jamais serão compartilhados com terceiros.

Havendo previsão na Lei Geral de Proteção de Dados, você tem a prerrogativa de requerer a exclusão dos seus dados pessoais, bem como de restringir o tratamento. Atentando-se ainda o direito de negar o recebimento de informações de marketing direto.

Os dados podem ainda ser bloqueados, eliminados ou anonimizados. Caso você discorde da forma pela qual tratamos seus dados pessoais, entre em contato conosco (dpo@gdr.adv.br).

Caso o titular do dado entenda que seus dados estão sendo tratados em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, e após análise, o escritório concordar com os fundamentos apresentados, estes serão imediatamente bloqueados, eliminados ou anonimizados.

Por opção do titular dos dados pessoais, os mesmos podem ser portados para outro escritório de advocacia, respeitando os dados e segredos pertencentes ao escritório, e na forma regulamentada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Os dados tratados pelo escritório, regra geral não terão como base legal o consentimento, mas se por acaso ocorrer alguma eventualidade, é assegurado ao titular dos dados que esse consentimento seja revogado, dentro dos limites estabelecidos pela lei. Basta, enviar por escrito a solicitação, podendo ser através de carta ou e-mail (dpo@gdr.adv.br), aos cuidados do encarregado (responsável pelos dados).

Se você ainda considerar que seus dados estão sendo tratados em desconformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados, é assegurado a todo titular de dados pessoais o direito de peticionar em relação aos seus dados pessoais, contra aquele que os detém perante a ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Os seus dados pessoais são armazenados e mantidos em ambiente controlado e seguro, não sendo acessíveis a terceiros não autorizados.